

Marcelo Ridenti

Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.
Rio de Janeiro /São Paulo, Editora Record, 2000.
José Roberto Zan (Professor do IA, Unicamp)

O livro *Em busca do povo brasileiro*, de Marcelo Ridenti, contém um estudo abrangente e instigante sobre a relação entre cultura e política no Brasil dos anos 60 e 70. Mediante rigorosa investigação, o autor busca compreender de que modo idéias como as de povo, nação, identidade nacional, modernização, libertação nacional e revolução brasileira orientavam as práticas não apenas das organizações político-partidárias de esquerda mas de instituições e indivíduos ligados à produção cultural e artística no país naquele período.

O autor apóia a sua análise em farta documentação histórica e depoimentos de pessoas que participaram efetivamente das lutas sociais, políticas e culturais naqueles anos. Muitos entrevistados expressam um certo distanciamento crítico em relação às experiências que marcaram aquele momento da história do país, o que contribui para acentuar, em algumas passagens do texto, o caráter de balanço das práticas culturais e artísticas da época.

O “fio condutor” da pesquisa é o conceito *romantismo revolucionário* formulado a partir dos trabalhos de Michael Löwy e Robert Sayer. Para estes autores, o *romantismo* é uma espécie de

“autocrítica da modernidade”, gestada a partir do interior da própria civilização moderna, apoiada em valores e ideais de um passado pré-moderno. Não se trata de um conceito aplicável apenas a uma determinada corrente artística que se configurou na Europa após a Revolução Francesa, mas de uma “visão de mundo mais ampla” que surge com o impacto das transformações sócio-históricas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo em várias partes do mundo, desde meados do século XVIII. Ao proporem uma tipologia para as diversas modalidades de romantismo, que vão desde as acepções mais conservadoras ou mesmo fascistas até as que se inserem no campo das esquerdas, os autores chegam à definição de *romantismo revolucionário*. Caracterizado pela busca de um futuro novo em que a humanidade reencontre elementos perdidos com a modernidade, esta modalidade de romantismo ganha múltiplas configurações que os autores procuram reunir em cinco subtipos: *jacobino-democrático, populista, utópico-humanista, libertário e marxista*. A essas modalidades Ridenti acrescenta contribuições de Elias Saliba, autor de *As utopias românticas*. Para Saliba, o *desenraizamento do tempo pre-*

sente é um componente básico das utopias românticas do mundo moderno que se desdobram principalmente em *utopias do povo-nação* e *utopias de inspiração social*.

Ridenti opera com esses conceitos de forma cautelosa evitando que eles atuem como “camisas de força” sobre o objeto. Desse modo, afasta-se da concepção tipológica dos autores acima citados e procura trabalhar com as “nuanças diversificadas” ou “matizes intermediários” entre essas múltiplas modalidades de romantismo revolucionário para dar conta da diversidade que caracterizava os movimentos naquele período. É a partir desse referencial teórico que o autor procura compreender a produção de artistas e intelectuais de esquerda no Brasil nos anos 60 e 70 e demonstrar até que ponto eles eram motivados por uma “utopia revolucionária romântica”.

A emergência das múltiplas versões do romantismo revolucionário no Brasil se deu principalmente a partir de meados dos anos 50, em função de algumas circunstâncias históricas. No plano internacional, contribuíram para essas manifestações as revoluções de libertação nacional, apoiadas especialmente nos segmentos sociais populares de origem rural (Cuba, Argélia, Vietnã, etc.); a descrença por parte de setores da esquerda no modelo soviético de socialismo, subordinado à lógica do sistema imperialista internacional e que, portanto, não mais era visto como um referencial para a construção do *homem novo*; a Revolução Cultural na China a partir de 1966, considerada por grande parte da jovem intelectualidade de esquerda e vários países do mundo como alternativa ao burocratismo do regime soviético; e os

movimentos de libertação nacional de cunho terceiro-mundista que despontavam como alternativa à polaridade EUA x URSS presente no contexto da Guerra Fria. Internamente, destacam-se o avanço da mobilização de amplos setores sociais populares em torno das chamadas “reformas de base”; a intensificação da luta de classes que chegou a esboçar, segundo alguns autores, uma “situação pré-revolucionária” nos primeiros meses de 64; e o impacto, no âmbito das esquerdas, do golpe de 31 de março, o que motivou o aparecimento de inúmeros grupos guerrilheiros com posições distintas em relação ao caráter da revolução brasileira e às formas de luta revolucionária sob aquelas condições.

Foi nesse contexto que as idéias de povo, nação, libertação e identidade nacional, concebidas em momentos anteriores da história brasileira, foram redefinidas sob influência das esquerdas. Tais idéias tornaram-se constitutivas das diversas manifestações do romantismo revolucionário daquele período, que não possuía uma perspectiva de simples volta ao passado mas que se caracterizava também por um impulso modernizador. Buscavam-se no passado “elementos para a construção da utopia do futuro”. A valorização do *povo*, por exemplo, não implicava a criação de “utopias anticapitalistas regressivas, mas progressistas”. Essa idéia trazia no seu interior um significado até certo ponto paradoxal: buscar no passado as “raízes populares nacionais” que se constituiriam nas bases para a construção do futuro a partir de uma “revolução nacional modernizante que, no limite, poderia romper as fronteiras do capitalismo”.

O autor demonstra, com riqueza de

detalhes, os vínculos que existiam entre as organizações político-partidárias e guerrilheiras e os “meios intelectuais e artísticos de esquerda” no referido período. Não foram poucos os artistas que atuaram nessas organizações, especialmente após o golpe de 64. De certa forma, tais relações explicam a intensa politização da produção cultural e artística da época, o que levou Walnice Galvão a identificar aquele momento como o *ensaio geral de socialização da cultura*.

Ao procurar identificar elementos do romantismo revolucionário nas ações políticas e culturais do período, o autor analisa as práticas de inúmeras organizações, grupos culturais e artistas, desde o PCB, que a partir de meados dos anos 50 afastou-se das orientações zdanovistas e aproximou-se do nacional-popular, passando pelo CPC da UNE, por diversas organizações que aderiram à luta armada, pelo Cinema Novo, pelos Teatros de Arena e Oficina e pela produção de escritores e músicos populares. Até mesmo eventos que faziam críticas ao nacional-popular, como a montagem de *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, apresentada pelo Oficina, e o Tropicalismo, tocaram em questões ligadas à identidade nacional, ao subdesenvolvimento e ao caráter do povo brasileiro, constitutivas do imaginário romântico.

Com o Tropicalismo encerrava-se, segundo o autor, o ciclo participante dos anos 60 e anunciava-se a expansão da indústria cultural no Brasil que viria a ocorrer nas décadas seguintes, o que “transformaria a promessa de socialização em massificação da cultura”. O balanço desse novo momento aparece no último capítulo do livro em que o autor

reflete sobre o refluxo da herança cultural romântica dos anos 60, bem como alguns de seus desdobramentos nas décadas seguintes. Ridenti procura analisar de que modo artistas e intelectuais envolveram-se em “projetos alternativos à ordem estabelecida na sociedade brasileira a partir dos anos 70”, momento de ascensão dos “novos movimentos sociais”, do novo sindicalismo e da fundação do Partido dos Trabalhadores, o que levou a um “esboço de contra-hegemonia política e cultural” que acabou por se diluir ao longo dos anos 80. Ao mesmo tempo, consolidavam-se no Brasil a “indústria cultural e o capitalismo avançado”. Verifica-se, então, a “integração contraditória” à indústria cultural de intelectuais e artistas herdeiros da cultura política dos anos 60 e 70, o que leva o autor a reconhecer a dificuldade crescente de realização da tese benjaminiana de que o artista questionador deve se recusar a simplesmente “abastecer o aparelho de produção, sem o modificar, na medida do possível, num sentido socialista”. Por outro lado, sente-se “instigado” pelo diagnóstico de Jameson de que o capitalismo contemporâneo pulveriza qualquer grupo social coeso capaz de se constituir em suporte para uma arte política.

Muito mais indagativo que conclusivo, o autor chega ao final do livro chamando a atenção do leitor para um certo renascimento, nos dias atuais, de idéias como as de povo, Estado-nação e raízes culturais, até mesmo como “reação ao ímpeto transnacionalizante neoliberal”. Especialmente no momento de emergência do MST, nos anos 90, parecem resurgir práticas românticas de intelectuais e artistas procurando “ir aonde o povo está”. Provavelmente, esta deve ter sido

uma das principais razões que levaram Marcelo Ridenti a realizar a grande tarefa de revisitar o período de maior efervescência política e cultural da nossa história recente. Tal empreendimento talvez se justifique pela necessidade de melhor compreender o que ele próprio qualifica de “velhas questões mal resolvidas” como as de “identidade nacional” e “povo brasileiro” que a partir dos anos 60 converteram-se em matrizes da nossa

cultura-política e que vêm sendo reativadas e problematizadas no momento atual sob o impacto da inserção do Brasil num contexto de globalização econômica e mundialização da cultura. O resultado de todo esse trabalho é um livro fartamente documentado, redigido de forma clara e criativa e que certamente se situa entre as mais importantes obras de sociologia da cultura brasileira produzidas nos últimos anos.

Domenico Losurdo

Nietzsche e la critica della modernità. Per una biografia politica. Roma, Manifestolibri, 1997.

Pedro Leão da Costa Neto (Professor de Filosofia da Universidade Tuiuti do Paraná)

O que distingue este pequeno livro de Domenico Losurdo, editado em 1997, da grande maioria da produção dedicada a Nietzsche – em particular no ano 2000, ano do centenário da morte do filósofo – é a decidida oposição a toda tentativa de minimizar a importância das posições conservadoras mais extremadas do pensador alemão, mas sem cair na tendência de identificá-lo como um antecessor do nacional-socialismo. A análise que nos oferece Losurdo se encontra, portanto, em oposição tanto a uma leitura que pretende identificar Nietzsche como teórico ou profeta do individualismo pós-moderno, quanto a leituras como a de Lukács (*Die Zerstörung der Vernunft – A destruição da razão – 1954*) ou Nolte (*Nietzsche und der Nietzscheanismus – 1990*), que tendem a identificá-lo como um predecessor de Hitler. A este respeito, afirma Losurdo: “(...) comum a uma e a outra interpretação é a abstração do tem-

po histórico que, ao contrário, é o que procuramos precisar” (p. 72). Mas, embora Losurdo refira-se a essas duas leituras, o alvo principal de sua crítica será a interpretação que procura inocentar Nietzsche.

O método de investigação da História da Filosofia utilizado por Losurdo se caracteriza pela inserção do autor estudado em seu contexto histórico, cultural e ideológico bem como pela tentativa de identificar os momentos de continuidade e ruptura que caracterizam os diferentes períodos da obra estudada e sua relação com a história. Desde o início do seu livro, nosso autor ressalta a estreita relação entre Nietzsche e seu tempo. Já nas páginas iniciais, Losurdo mostra a íntima relação entre a primeira obra de Nietzsche – *O Nascimento da Tragédia*, publicada em 1872 – com a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris. Esta mesma relação entre teoria e histó-

ZAN, José Roberto. Resenha de: RIDENTI, Marcelo. Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 165-168.

Palavras-chave: Cultura; Política; Ditadura militar; Brasil.